

Boletim CLP de combate à pandemia

Economia - Gestão Pública

O grande acontecimento foi a aprovação do PLP 39/2020, conhecido como Plano de Socorro aos Estados e Municípios. Há 15 dias a proposta já havia sido aprovada no Congresso, mas aguardava a sanção presidencial.

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a medida com vetos na data limite. O ponto mais relevante do texto foi o congelamento dos salários dos servidores públicos de todo o Brasil por 18 meses.

PL 6726/16

Relator: Dep. Rubens Bueno
Cidadania/PR)

Regulamenta nacionalmente a lista de receitas indenizatórias para evitar remunerações acima do teto.

STATUS

Foi rapidamente discutida na sessão virtual da Câmara, no dia 16. Rodrigo Maia afirmou que a pauta deve ser votada ainda nesse primeiro semestre, mas não deu uma data específica.

PLP 39/2020

Relator: Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Ementa:

[Plano de Socorro aos Estados e Municípios em substituição ao chamado "Plano Mansueto Light" aprovado anteriormente na Câmara] Dispõe sobre a cooperação federativa na área de saúde e assistência pública em situações de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal.

STATUS

Aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente com veto.

MPV 922/2020

Sem relator

Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

STATUS

Lida no Plenário do Senado e encaminhado a Câmara dos Deputados. Presidente do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória por sessenta dias.

PEC 10/2020

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia internacional e dá outras providências.

STATUS

Aprovado no Congresso em ambas as casas.